

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Brasília

Class.: 237

Data: 11 de março de 1984

Pg.: _____

4468 Brasília vai sediar Encontro Nacional de Povos Indígenas

O II Encontro Nacional dos Povos Indígenas Brasileiros, organizado pelo deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ), será realizado no período de dois a cinco de abril, aqui em Brasília, em local a ser determinado, e deverá contar com a presença de 400 líderes indígenas de todo país. Eles debaterão, entre outros, os seguintes temas: Novo Código Civil, que classifica o índio como absolutamente incapaz; decreto 88.985 de dezembro do ano passado, que permite às empresas privadas explorar minérios em áreas dos silvícolas; decreto 88.118 de 23 de fevereiro de 1983, que transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para um grupo interministerial, formado por representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e outros órgãos federais ou estaduais, a escolha das áreas a serem demarcadas. Será discutido, ainda, o projeto de lei do deputado João Batista Fagundes (PDS-RR) que prevê a emancipação de todos os índios maiores de 21 anos.

Os índios não aceitam a adjetivação de

"absolutamente incapazes", considerando-a um retrocesso histórico, pois até agora são considerados "relativamente incapazes", e assim querem permanecer, para não perderem a tutela da Funai, o que aconteceria se deixassem de ser incapazes. Há ainda o temor por parte de determinados grupos indígenas de que o artigo 3º do novo Código Civil acabe permitindo a total emancipação de alguns índios comprovadamente aculturados, o que os colocaria vulneráveis à ação dos brancos interessados em suas terras.

Com relação ao Decreto 88.895, uma nota de apoio aos índios dá conta de que ele "abre definitivamente as áreas indígenas à mineração por grupos econômicos, sob o argumento de protegê-las contra os efeitos destrutivos do garimpo individual". Imediatamente após a assinatura desse decreto foram feitas centenas de requerimentos de pesquisa mineral nasquelas áreas, e mesmo antes dele ser firmado vários grupos econômicos já haviam se mostrado interessados na extração dos minérios, "o que levanta a suspeita de articulações prévias em favor desses grupos".